

## Comissão de Orçamento aprova mais três relatórios setoriais

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem mais três relatórios setoriais da proposta orçamentária para 2003. Foram votados os relatórios das áreas de Previdência e Assistência Social, cujos recursos previstos totalizaram R\$ 128,4 bilhões; Edu-

cação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Esporte e Turismo, com R\$ 341,9 bilhões; e Poderes do Estado e Representação com R\$ 19 bilhões. Na próxima segunda-feira, a comissão volta a apreciar os cinco relatórios setoriais restantes. **Página 3**



A *Carta de Brasília*, aprovada ontem pela IV Conferência das Cidades, será entregue em ato político ao presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva. O documento, além de propor a criação de um Ministério das Cidades, reafirma a necessidade de aprovação, ainda neste ano, do projeto de iniciativa popular que cria o Sistema Nacional de Habitação e Interesse Social e o Fundo Nacional de Moradia Popular. **Página 8**

## Relatório da MP 66 é apresentado e começa a ser discutido na terça

O deputado Benito Gama apresentou, ontem, ao plenário a versão final do projeto de conversão à MP 66, que trata da minirreforma tributária. A discussão do texto



está marcada para a próxima terça-feira. O documento com 33 páginas trata de diversas questões relativas à legislação tributária. O fim da cumulatividade do PIS-Pasep foi mantido, mas com suas exceções

ampliadas. No Refis, as empresas terão até 120 dias para aderir ao programa, inclusive as que foram excluídas anteriormente. O projeto também prevê a possibilidade de parcelamento dos débitos de estados, municípios e Distrito Federal e manteve a alíquota de 27,5% do Imposto de Renda para as pessoas jurídicas, um dos pontos contestados pelo PFL. **Página 2**

*Gabeira diz que governo Lula vai liderar crítica à globalização*

**Página 5**

*Crise financeira da Seguridade Social é analisada por comissão*

**Página 7**

*Cadastro ajudará trabalhador a comprovar dados no INSS*

O trabalhador poderá usar o Cadastro Nacional de Informações Sociais para comprovar no INSS o direito ao benefício previdenciário. O projeto foi aprovado na Comissão de Seguridade Social e Família.

**Página 6**

# Relator apresenta projeto de conversão à MP 66

O relator da Medida Provisória 66/02, deputado Benito Gama (PMDB-BA), apresentou projeto de lei de conversão à matéria na sessão extraordinária de ontem. A discussão, entretanto, não pôde avançar porque o líder do PFL, Inocêncio Oliveira (PE), pediu a transferência da votação para a próxima sessão ordinária, conforme prevê a Resolução 01/02, do Congresso Nacional, sobre a tramitação de MPs. O projeto de conversão tem 33 páginas e trata de diversas questões relativas à legislação tributária. Além dos principais pontos já divulgados no decorrer dessa semana de negociações (ver quadro), outros aspectos merecem destaque. No caso do Imposto de Renda, o relator corrige a redação da Lei 10.451/02 para estender também para o próximo ano a correção dos valores da tabela do imposto.

A exceção para o novo regime de tributação do PIS/Pasep atinge não somente as receitas decorrentes da prestação de serviços de telecomunicações, mas também aquelas derivadas dos serviços das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Para as cooperativas, o PIS/Pasep passará a ser de 1% sobre a folha de pagamento mensal, relativas às operações



O relatório do deputado Benito Gama deve ser votado na próxima terça-feira

com associados, e de 0,65% sobre o faturamento do mês em relação às receitas de operações com não associados. As cooperativas são isentas da Cofins quanto aos atos próprios de suas finalidades. "Não tenho dúvida de que é um pequeno passo do ponto de vista de reforma, mas é um grande passo para o início da modificação estrutural de que o sistema tributário brasileiro precisa e que, seguramente, o novo governo vai fazer neste País", afirmou Benito Gama. Consta do projeto a possibilidade de parcelamento dos débitos de estados, municípios e Distrito Federal, que esta-

va prevista na MP 38/02, cuja vigência expirou por não ter sido apreciada no prazo regimental pelo Congresso, e a obrigação de envio de informações à Secretaria da Receita Federal sobre passageiros e tripulantes de aviões e navios por parte das empresas de transporte internacional. No Refis, as empresas terão até 120 dias a contar da publicação da lei para aderir ao programa, inclusive as que foram excluídas anteriormente.

## Principais mudanças do relatório

### Refis

Prazo de 120 dias para adesão; opção de parcelamento em até 180 parcelas

### Imposto de Renda

Alíquota de 27,5% para 2003

### Cooperativas

Isenção da Cofins; índice diferente para operações com não associados

### Fim da cumulatividade do PIS/Pasep

Alíquota de 1,65%; PL em 2003 deverá rever alíquota se a arrecadação não se mantiver

### Exceção do tributo

Operações de exportação

### Débitos com a União

Estados, municípios e DF poderão parcelar débitos do Pasep

### Simplex

Também poderão optar as agências de viagem e turismo, as agências lotéricas, auto-escolas, seguradoras, franquias dos Correios e escritórios de contabilidade

### CSLL

Mantém alíquota de 9% para 2003 e deduções de incentivo à pesquisa

## Líder do PFL vai recorrer à CCJR para anular sessão

O líder do PFL, Inocêncio Oliveira (PE), afirmou que recorrerá à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação pedindo a anulação da sessão extraordinária quando foi lido o relatório do Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória 66/02. O deputado alegou que não havia quórum suficiente para o início da sessão. O painel acusava a presença de 209 deputados na Casa quando a sessão foi aberta. Segundo informações da Secretaria-Geral da

Mesa, não há necessidade de haver 257 deputados presentes na Casa para leitura do relatório. Esse quórum somente seria necessário para se iniciar a discussão e votação do texto. Inocêncio, um dos líderes que pediram o adiamento da votação da MP, considera inconstitucional a inclusão de novos assuntos na medida provisória. Ele chegou a classificar a MP de "colcha de retalhos" e teme que, se aprovada, a medida possa ser contestada futuramente na Justiça.

## Parlamentares russos visitam a Câmara

Uma comitiva de parlamentares russos visitou ontem a Câmara e esteve na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação para conhecer o processo de tramitação das leis relativas à área jurídica, à iniciativa de projetos, ao funcionamento e sistema de votação na Câmara, bem como informações sobre programas do próximo governo, como o de combate à fome. Acompanhados pelo embaixador da Rússia no Brasil, Vassili Gronov, os parlamentares foram recebidos pelo vice-presidente da CCJR, deputado Jaime Martins (PFL-MG), e o presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Rússia, deputado Átila Lins



Parlamentares vieram conhecer processo legislativo brasileiro

(PFL-AM). Na avaliação de Jaime Martins, a troca de informações entre os dois países é importante para estreitar as relações não apenas políticas, mas também de comércio exterior. "Brasil e Rússia são países de dimensão continental, com problemas semelhantes e precisam um do outro", afirmou o deputado.

## Orçamento

# Aprovados mais três relatórios setoriais

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização aprovou ontem mais três relatórios setoriais, concluindo a previsão orçamentária para as áreas de Previdência e Assistência Social; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Esporte e Turismo; e Poderes do Estado e Representação. Dois relatórios setoriais foram aprovados na quarta-feira: Justiça e Defesa; Agricultura e Desenvolvimento Agrário. Na próxima segunda-feira, a comissão volta a apreciar os cinco relatórios setoriais restantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2003. Destes, apenas o relatório que versa sobre Fazenda e Desenvolvimento tinha sido apresentado à comissão até ontem.



O relator da área de Previdência, Félix Mendonça, e o presidente da comissão, José Carlos Aleluia

## Previdência e Assistência Social

O primeiro relatório setorial aprovado, na manhã de ontem, pela Comissão Mista de Orçamento foi o da Área Temática VIII, Previdência e Assistência Social. Os recursos previstos para a área totalizam aproximadamente R\$ 128,4 bilhões, sendo que o Ministério da Previdência e Assistência Social receberá R\$ 109,5 bilhões e o Ministério do Trabalho e Emprego R\$ 18,9 bilhões. Os seis destaques para votação em separado apresentados foram rejeitados, conforme havia sido acordado pelos líderes na reunião da última terça-feira.

O relator da matéria, deputado Félix Mendonça (PTB-BA), criticou, entretanto, o fato de que o Executivo não tem executado o Orçamento aprovado pelo Congresso. "Há uma compreensão

predominante, da qual discordamos inteiramente, que enxerga nos orçamentos públicos leis de caráter simplesmente autorizativas", registrou Mendonça em seu relatório. O deputado destacou a importância do Fundo do Regime Geral da Previdência Social. "É no âmbito dessa unidade orçamentária que estão registradas as despesas da Previdência Social básica (aposentadorias, pensões, etc.) e dos pagamentos da renda mensal vitalícia por idade e invalidez. No total, registram-se cerca de R\$ 98,5 bilhões, beneficiando 19,9 milhões de pessoas e indicando um crescimento da ordem de 16% em relação à dotação orçamentária de 2002", assinalou o relator.

Félix Mendonça destacou ainda o déficit do INSS: "até julho de 2002, os benefícios rurais respon-

deram por 96% do déficit previdenciário do INSS". Apontou que o montante das renúncias previdenciárias para 2003 chegará a R\$ 9 bilhões e lembrou que o Comitê de Receitas da comissão previu o aumento da receita da Previdência decorrente do incremento da fiscalização realizada pela Dataprev (R\$ 500 milhões) e pela contribuição das empresas prestadoras de serviços (R\$ 500 milhões). Em relação aos recursos destinados ao Ministério do Trabalho, o parlamentar baiano assinalou que "a despesa fixada para 2003, em cerca de R\$ 18,9 bilhões, representa elevação de 36% em relação ao proposto em 2002 e de 30% em relação ao autorizado", acrescentando que esse crescimento se deve ao aumento do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

## Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Esporte e Turismo

O relator da Área Temática VI, deputado Dr. Rosinha (PT-PR), foi enfático ao afirmar que os recursos alocados para a área demonstram que a educação, a cultura, o desenvolvimento tecnológico, o esporte e o turismo foram relegados ao segundo plano pelo governo federal. Ele desenhou um quadro comparativo demonstrando que os recursos para esses setores caíram drasticamente em comparação às receitas correntes do Tesouro, nos últimos anos.

Enquanto as receitas correntes do Tesouro, em 2002, deverão atingir o montante de R\$ 331,9 bilhões, em 2003, deverão chegar a R\$ 341,9 bilhões. Apesar dessa elevação em R\$ 10 bilhões das receitas correntes, o orçamento do Ministério da Educação deverá cair de R\$ 18 bilhões em 2002 para R\$ 17,6 bilhões em 2003; da mesma forma, os recursos para o Ministério da Cultura cairão de R\$ 405 milhões em 2002 para apenas 298 milhões em 2003. O orçamento do Ministério do Esporte e Turismo, previsto em R\$ 786 milhões em 2002, será reduzido para R\$ 356 milhões em 2003. Somente o Ministério da Ciência e Tecnologia terá aumento de recursos, dos atuais R\$ 2,7 bilhões para R\$ 3,18 bilhões. No total, o

orçamento dos quatro ministérios, que em 2002 chegou a R\$ 22 bilhões, deverá cair para R\$ 21,5 bilhões.

O relator lamentou ter sido obrigado a rejeitar emendas que classificou como legítimas. "As emendas individuais de parlamentares, mais as emendas apresentadas pelas bancadas estaduais e pelas comissões temáticas da Câmara e do Senado Federal somaram aproximadamente R\$ 5 bilhões. Porém, os recursos de que dispúnhamos para atender a todos esses pleitos legítimos eram de apenas R\$ 300 milhões. Por isso, atendemos parcialmente às emendas e vamos recomendar ao relator geral que analise com cuidado determinados pleitos, para que possam ser contemplados na medida do possível", disse Dr. Rosinha.

O deputado informou que acatou emenda da Comissão de Educação e alocou mais R\$ 5 milhões para o programa de combate ao analfabetismo, que passará a contar com cerca de R\$ 425 milhões. Dr. Rosinha também remanejou outros R\$ 20 milhões para atender demandas das instituições federais de ensino superior e mais R\$ 20 milhões para os hospitais universitários.

## Poderes do Estado e Representação

A proposta orçamentária para 2003 da Área Temática I, integrada pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, totaliza R\$ 19 bilhões, sendo R\$ 14,9 bilhões para o Orçamento Fiscal e R\$ 4 bilhões para o Orçamento da Seguridade Social. Destes recursos, o Poder Judiciário ficará com 61,2%, ou seja,

R\$ 11,6 bilhões. O relator da matéria, senador Antônio Carlos Júnior (PFL-BA), observou que "na programação dos órgãos do Poder Judiciário encontram-se alocadas dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais originados de condenações judiciais dos órgãos da Administração Pública Direta". O

senador destacou que "as despesas concentram-se fortemente nos itens pessoal, que representa 77,5% do total (R\$ 14,7 bilhões), e outras despesas correntes, que atinge 19,2% dos dispêndios totais (R\$ 3,6 bilhões). Os investimentos participam tão-somente com 2,7% dos gastos totais (R\$ 527,8 milhões).

## Clementino diz que Congresso será parte decisiva no processo de mudança

A correlação de forças, na próxima Legislatura, será mais forte para o lado dos partidos comprometidos com as mudanças, com a justiça social e com o fim dos desequilíbrios regionais. A opinião é do deputado Clementino Coelho (PPS-PE), que ontem despediu-se da Câmara, ressaltando a importância do Congresso no cenário de um governo de esquerda. "Poucas vezes na história, esta Casa teve condições objetivas de ser parte decisiva no processo de mudanças que o País viverá", salientou.

Essa mudança, segundo Clementino, começa com a agenda de votação das reformas da Previdência, tributária, trabalhista e política. O parlamentar pernambucano acredita que as reformas vão fortalecer o setor produtivo, modernizando o País e tornando suas regiões mais competitivas. Ele lembrou ainda



Clementino Coelho

que não se construirá um país competitivo sem investimento em infraestrutura de transportes, energia, saúde e educação.

Clementino Coelho voltou a defender uma maior atenção para o Nordeste, "contestando a visão dos burocratas" de que a região é um

"ônus" para o País. "Como pode ser problema uma região cuja equação água, sol e solo é capaz de produzir safras anuais? Como pode ser problema a existência do único semi-árido tropical do mundo?". Clementino observou que com muito menos outras regiões do mundo, como o oeste norte-americano, a Espanha, o Chile e Israel, desbravaram terras consideradas inóspitas e estéreis, atingindo níveis elevados de desenvolvimento econômico.

O deputado disse confiar na capacidade do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, de vencer o desafio da fronteira agrícola da irrigação no semi-árido. "Quando isso acontecer, não apenas estaremos criando milhões de empregos, mas trazendo divisas para o País e dando condições reais de sustentabilidade para o Nordeste", concluiu.

### Sessim comemora investimento do Bird na educação do RJ

O deputado Simão Sessim (PPB-RJ) comemorou o anúncio de investimentos de US\$ 100 milhões, por parte do Banco Mundial, na educação pública do Rio de Janeiro, incluindo os ensinos fundamental e médio. Sessim esclareceu que a concepção do projeto sustenta-se em cinco eixos: capacitação dos professores, gerenciamento das escolas, reforma institucional e combate ao abandono escolar e à distorção que existe entre a idade e a série cursada. "A expectativa é a de que esse projeto seja aprovado agora em janeiro, após a posse dos novos governos federal e estadual, quando então o Ministério do Planejamento avaliará a questão fiscal, uma vez que o governo federal será o avalista dessa obra para a educação", finalizou.

## Walter Pinheiro critica excesso de assuntos incluídos nas MPs

O deputado Walter Pinheiro (PT-BA) criticou a MP da minireforma tributária, considerando-a um exemplo dos "abusos" cometidos, sobretudo no que diz respeito ao volume de matérias nela inseridas.

"É feito um *mix* e em vez de debater três, quatro ou cinco projetos, junta-se tudo numa única medida provisória e tenta-se, com o PLV, fazer com que a Casa aprecie várias matérias de uma só tacada, como se diz no jargão popular", disse. Para o parlamentar, "tal atitude tira a qualidade da aprovação de um instrumento legal, permitindo a introdução de temas perigosos, fragilizando a Casa, e podendo aprovar matérias que podem gerar complicações para o Executivo e até para o cidadão". Em sua opinião, o Legislativo precisa rediscutir o uso das medidas



Walter Pinheiro

provisórias e pensar em outros mecanismos. "Temos de encontrar um caminho que resgate o papel e a importância do Parlamento, no qual o cidadão se sinte seguro em relação à aprovação de matérias que irão se transformar em lei", concluiu.

## Pompeo de Mattos defende imediato socorro à Varig

Ao protestar contra a possibilidade de o governo federal não socorrer a Varig, o deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), apresentou requerimento à Mesa, solicitando a criação de uma comissão externa para acompanhar a pior e mais séria crise financeira da maior empresa aérea do País.

O parlamentar disse que fontes do Executivo revelaram ao jornal *Folha de S. Paulo* que, caso a Varig quebre, haveria um problema de oferta a curto prazo, mas nada que o mercado não possa absorver rapidamente. "O governo, intimamente, não teme a falência da Varig, mesmo sendo ela uma das mais importantes empresas nacionais", condenou.

Pompeo de Mattos lembrou a postura adotada por este mesmo governo durante a crise no sistema financeiro, que, segundo disse, através do BNDES, injetou



Pompeo de Mattos

bilhões de reais nos bancos em crise. Ele estranhou o fato de não ter sido levado em consideração, em nenhum momento da discussão, um importante ativo da empresa - um processo já ganho referente ao reembolso de ICMS - R\$ 1,2 bilhão que a companhia tem a receber, enquanto a sua dívida foi estimada em R\$ 1 bilhão.

## Pedro Eugênio vê transição como exemplo de democracia

Para o deputado Pedro Eugênio (PT-PE), a transição entre o governo FHC e o de seu partido é um exemplo de convivência democrática, apesar das divergências. Criticou, porém, quem interpreta esse "processo cordial" como legitimação ou referendo por parte do novo governo ao que ora se encerra. Eugênio crê que Fernando Henrique tem tentado "confundir a opinião pública", passando a idéia de que o País está equilibrado. "O presidente Lula recebe o País com uma dívida pública pró-

xima dos R\$ 900 bilhões, uma taxa de juros indecorosa, que impede o livre desenvolvimento das forças produtivas. O País recebe o pior orçamento dos últimos oito anos, em que não há recursos para desenvolver programas consistentes", avaliou o parlamentar, para quem o País vive um momento de extrema dificuldade, assistindo à volta da inflação. "A sociedade precisa saber que Fernando Henrique Cardoso está transmitindo ao futuro governo um legado de desordem econômica," concluiu.

## Gabeira: Brasil de Lula será a vanguarda crítica da globalização

O deputado Fernando Gabeira (PT-RJ) enfatizou que uma das maiores responsabilidades do Brasil de Luiz Inácio Lula da Silva será lutar pela união da América Latina e representar os países em desenvolvimento no processo de crítica à globalização. "Até a eleição de Lula, o PT era apenas a maior força orgânica mundial a pedir uma outra globalização, mais justa e fraternal. Hoje, com a vitória de Lula, o Brasil é o maior país do mundo a se antepor à maneira como se faz a globalização, encarnando a esperança de pobres e ricos, de estudantes norte-americanos e europeus e camponeses da Bolívia e da Índia", afirmou. Para ele, o Brasil, representando os países em desenvolvimento, deve adotar nova postura frente ao FMI. "Nossas relações com o FMI não podem ser apenas de devedor e credor, embora esse aspecto seja cumprido de acordo com os contratos já realizados. Nossa relação com o fundo tem de



Fernando Gabeira

levar em conta essa nova realidade", explicou.

O parlamentar fluminense citou o conflito no Oriente Médio "como um pano de fundo utilizado pelos Estados Unidos para esconder os graves problemas que a economia americana e mundial vivem" e criticou a sua política protecionista que contradiz o discurso de livre comércio. "Os EUA fecharam-se numa política que taxou os exportadores de aço, sem contar a intransigência em

manter barreiras não tarifárias, como a lei *antidumping*, e uma decisão de financiar a própria agricultura com quase US\$ 200 bilhões, trazendo inúmeros prejuízos para exportadores de países mais pobres, inclusive o Brasil", destacou.

Gabeira salientou ainda que o Brasil também deve assumir a liderança na luta pela preservação ambiental do planeta. "Quem esteve em Haia, no meio dos anos 80, e agora em 2002 em Johannesburgo, pode testemunhar o enorme salto dado pelo nosso País. De vilão internacional, passamos à posição de vanguarda, tomando iniciativas que vão desde a proteção da floresta, como mostra a criação do Parque do Tumucumaque, no Amapá, uma região do tamanho da Bélgica, com mais espécies de aves do que Canadá e EUA juntos, até a luta contra o aquecimento global com a proposta de 10% de energia de fontes alternativas renováveis até 2010", completou.

## Bolsonaro rejeita pressões para escolha do ministro de Defesa

O deputado Jair Bolsonaro (PPB-RJ) alertou o futuro presidente da República para que não se deixe envolver em manobras e *lobbies*, a seu ver, articulados pelo embaixador brasileiro em Moscou, José Viegas, que almejava o posto de ministro da Defesa. Ele revelou que o diplomata tem ligado sistematicamente para oficiais generais de quatro estrelas buscando apoio para sua indicação àquele ministério. "É bom lembrar ao presidente Lula que o senhor Viegas, como embaixa-

dor no Peru, apoiou até o fim o presidente Fujimori e ainda usou o nome do Brasil para pedir asilo para Waldemiro Montesino, mesmo depois do escândalo das fitas gravadas por ele, envolvendo atos de corrupção, tráfico de armas e de drogas", disse o parlamentar. "O presidente Lula deve indicar nome de sua confiança, seja do próprio PT ou oficial de carreira. O que não pode é deixar-se envolver por manobras de pessoas pouco qualificadas. Espero que o presidente Lula faça juz às suas palavras de

que as Forças Armadas precisavam ser tratadas com respeito", finalizou Bolsonaro. "Não tenho como indicar alguém para o Ministério da Defesa. Não faço parte da equipe do Lula nem tenho poder de veto, mas tenho voz nesta Casa", afirmou Bolsonaro que admitiu sugerir o nome de José Genoíno, de quem, apesar de não ter grande amizade, reconhece a competência. "Também não me oporia se o eleito fosse Aldo Rebelo, do PCdoB. Ambos são competentes", acrescentou.

## Prof. Luizinho repudia legado de FHC

O deputado Professor Luizinho (PT-SP) criticou os parlamentares que enaltecem o legado do atual governo, que, em sua opinião, "se constitui no caos e na miséria" que o presidente Lula terá de administrar e superar. "Tais discursos estão sendo feitos sob uma base irreal, porque o responsável pela situação crítica em que se encontra o País é o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso", disse o deputado. Para ele, o governo FHC dizimou o patrimônio nacional, deixando o País com a maior dívida interna e externa de sua história. "Estamos vulneráveis no mercado internacional e à beira de uma profunda crise externa, que pode agravar e nos levar a um buraco maior devido a uma possível guerra no exterior", disse ele. Segundo o parlamentar, o presidente Lula vai enfrentar desafios

como a retomada da estabilidade monetária e a recomposição da ordem da relação internacional econômica para a defesa do País e da soberania nacional. Lula terá, ainda conforme o deputado, de retomar o desenvolvimento, gerar emprego e renda e proporcionar o acesso a comida, educação e saúde para o conjunto do povo brasileiro. "Para saber em que estado se encontra a máquina e passar a ter conhecimento dela, é necessário haver bom relacionamento social. Assim, esse período de transição nada tem a ver com a realidade de um País que se encontra mergulhado em tanto caos e violência, mas que há de se recuperar por exigência do voto popular que determinou a mudança a vir com o início do governo do presidente eleito", afirmou o deputado paulista.

## Luiz Sérgio quer proibir 66 navios de transportar combustíveis

O deputado Luiz Sérgio (PT-RJ) sugeriu que o Itamaraty, juntamente com o Ministério do Meio Ambiente e com o Ministério da Marinha, solicite à Comunidade Européia a relação dos proprietários dos navios que estão impedidos de transportar combustíveis por águas europeias. Segundo ele, a Comunidade Européia adotou essa medida após o acidente com um petroleiro, na costa da

Espanha, que causou estragos ecológicos ao meio ambiente. "Precisamos impedir que acidentes desse tipo ocorram no Brasil, já que, além dos problemas ecológicos, o acidente afetou a economia local, o turismo e a comunidade pesqueira", frisou. Ele ressaltou que existem 66 navios que não possuem o casco duplo, condição exigida para que possam transportar combustíveis poluentes.

## Aprovado uso de cadastro nacional para comprovar dados no INSS

A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou o PL 6.765/02, do Executivo, que propõe a utilização do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) para facilitar ao trabalhador a comprovação junto ao INSS do direito à obtenção do benefício previdenciário. A proposta, que servirá para descobrir o cálculo do salário de benefício e comprovar a filiação ao Regime Geral de Previdência Social, o tempo de contribuição e a relação de emprego, complementa a Lei 10.403, de janeiro deste ano, que dispensa os trabalhadores da apresentação de documentos que comprovem seus vínculos e remunerações no período posterior a julho de 1994. O projeto pretende retroagir esse período até 1976, utilizando o CNIS, que é alimentado por dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Ca-



Cleuber Carneiro

ged) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Antes de apresentar o projeto, o Ministério da Previdência avaliou a qualidade dos dados sobre emprego existentes no CNIS com data anterior a julho de 1994. Foram analisadas 12 variáveis relacionadas aos vínculos trabalhistas

e consideradas de extrema relevância para o processo de concessão do benefício previdenciário. Essas variáveis passaram por 594 testes, com registros de cerca de 312 mil trabalhadores. "O dimensionamento e a forma de extração da amostra garantem margem de erro inferior a 2%", defendeu o ministro José Cechin no projeto enviado pelo Executivo. O relator do projeto na Comissão de Seguridade, deputado Cleuber Carneiro (PFL-MG), ressaltou que a proposta é positiva também por representar avanço no combate às fraudes. "Uma vez que a base do CNIS é alimentada por três bancos de dados distintos, a inserção de dados falsos ou a concessão de benefícios com informações controversas será dificultada", avaliou o parlamentar.

O projeto, aprovado por unanimidade, será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

## Peres critica mensagem do Executivo sobre Senai

O deputado Gerson Peres (PPB-PA) estranhou que o presidente Fernando Henrique Cardoso, após dar declarações elogiando o Senai, encaminhe mensagem ao Legislativo retirando dinheiro dessa instituição. Lamenta o parlamentar que a mensagem do Executivo recomende a apreciação da matéria em regime de urgência urgentíssima e crie o segundo serviço social da Confederação Nacional do Transporte.

De acordo com Gerson Peres, a Confederação Nacional do Transporte já tem um serviço social e agora quer criar mais um serviço do gênero para os ferroviários com contribuição do Senai e do Sesi e aloca-lo para pagar conselhos regionais, nacional e diretores executivos. "Não considero justo que um processo dessa natureza ganhe espaço no fim do ano Legislativo, só para atender a interesse de um grupo que quer despir uma instituição séria, para vestir uma que não me parece séria", disse, lamentando que



Gerson Peres

o presidente Fernando Henrique termine seu governo "com um ato que não condiz com sua postura de estadista e com a grandeza de sua personalidade".

"Enquanto eu estiver nesta Casa, até o dia 31 de janeiro, esse processo não vai adiante, pois usarei todos os expedientes regimentais e legais para impedir que se invista contra as coisas que funcionam corretamente neste País", afirmou.

## Deputado propõe debate déficit no INSS

Em 2001 o governo federal deixou de repassar R\$ 36 bilhões para os cofres da Previdência, causando déficit nas contas do Instituto Nacional de Seguridade Social. A denúncia, feita pelos auditores do INSS durante o quinto congresso nacional da categoria, levou o deputado Cres-

cêncio Pereira Júnior (PFL-CE) a pedir audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família para discutir o assunto, no próximo dia 12. "A Previdência é auto-suficiente, desde que sejam repassados os recursos previstos no art. 195 da Constituição", argumentou. Crescên-

cio Pereira disse que nunca acreditou na "veracidade do rombo" da Previdência. Segundo ele, a audiência pública na Comissão de Seguridade, com a presença de parlamentares do atual e do futuro governo, poderá avaliar a "real situação" do sistema previdenciário brasileiro.

<b>Jornal da Câmara</b> Avenida Brasília 605 Fone: (061) 318-5089 Fax: (061) 318-2196	<b>Disque Câmara</b> 0800 619619		<b>Tv Câmara</b> - canal 14 -Net/DF canal 28 -Sky canal 235 -DirecTV	 <a href="http://www.agencia.camara.gov.br">www.agencia.camara.gov.br</a>	<b>Mídias Alternativas</b> Internet/Intranet <a href="mailto:midias@camara.gov.br">midias@camara.gov.br</a>
<b>Jornal da Câmara na internet: <a href="http://www.camara.gov.br">www.camara.gov.br</a> / E-mail: <a href="mailto:jornal@camara.gov.br">jornal@camara.gov.br</a></b>					
<b>Mesa da Câmara dos Deputados</b> <b>Presidente:</b> Aécio Neves <b>1º Vice-Presidente:</b> Efraim Morais <b>2º Vice-Presidente:</b> Barbosa Neto <b>1º Secretário:</b> Severino Cavalcanti <b>2º Secretário:</b> Nilton Capixaba <b>3º Secretário:</b> Paulo Rocha <b>4º Secretário:</b> Ciro Nogueira <b>Suplentes:</b> Pedro Valadares, Salatiel Carvalho, Enio Bacci, Wilson Santos <b>Procuradoria Parlamentar:</b> Ricardo Izar <b>Ouvidoria Parlamentar:</b> Luiz Antonio Fleury <b>Diretor-Geral:</b> Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida <b>Secretário-Geral da Mesa:</b> Mozart Vianna de Paiva		<b>SECOM - Secretaria de Comunicação Social</b> <b>Diretora:</b> Amneres Pereira (061) 318-5085 / Fax: (061) 318-2108 <b>Divulgação:</b> Juarez Pires (061) 318-5085 <b>Relações Públicas:</b> Flávio Elias F. Pinto (061) 318-5092 <b>Rádio Câmara:</b> Humberto Martins (061) 318-8310 <b>TV Câmara:</b> Roberto Stefanelli (061) 318-5080 <b>Agência Câmara:</b> Ademir Malavazi (061) 318-8473 <b>Mídias Alternativas:</b> Arnolfo Carvalho (061) 318-7420		<b>Jornal da Câmara</b> <b>Diretora:</b> Marina Carvalho (061) 318-5098/99 - Fax: (061) 318-2196 <b>Editor-Chefe:</b> Marcondes Sampaio <b>Editores:</b> Paulo César Santos, Oscar Telles, Luiz Paulo Pieri, Vera Ramos e Beatriz Cleto <b>Diagramadores:</b> Guilherme Rangel Barros, José Alberto de Almeida Filho, André Cerino, José Antonio Filho <b>Ilustrações:</b> André Cerino <b>Revisoras:</b> Isolda Marinho, May Wolf, Francy Borges, Darisa de Castro <b>Fotografia:</b> J. Batista, Salu Parente, Sônia Baiocchi, Eltom Bomfim, Reynaldo Stavale e Luiz Cruvinel <b>Impressão:</b> Imprensa Nacional / Presidência da República	



**AGENDA**  
**Programação TV Câmara**

SEXTA 06/12/02		DOM 08/12/02	
07:00	Mulheres no Parlamento: Dep. Vanessa Grazziotin (PC do B/AM).	07:00	Por Dentro das Comissões: Defesa do Consumidor
07:30	Palestra: Viver com Saúde na Terceira Idade	07:30	Palestra: Qualidade e Produtividade
08:30	Visão Crítica	08:30	Semanana Câmara
09:00	Sessão Ordinária da Câmara dos Deputados (ao vivo)	09:00	Brasil em debate
12:00	Câmara Agora II	10:00	"Seminário de Combate ao Crime Organizado"
12:15	Marco da Ciência e Tecnologia: 38 O Sistema Imunológico	10:30	Tribuna Especial
12:30	Mundos à Parte: 05 China - o lugar das mulheres	11:30	Série Via Mística: Os Caminhos do Amor II
13:00	Visão Crítica	12:30	Tribuna Especial
13:30	Reapresentação Câmara Agora II	13:00	Série Via Mística: Os Caminhos do Amor II
14:00	Sessão Plenária ou de Comissão (reapresentação)	14:00	Talento Brasileiro: João Donato convidado Joyce
18:00	Por Dentro das Comissões	15:00	Memória Política: General Leônidas Pires Gonçalves
18:30	Câmara Agora III	15:00	Memória Política: General Leônidas Pires Gonçalves
19:00	Olhar da USP: Exclusão Digital	16:00	Olhar da USP: Exclusão Digital
19:30	TV Câmara Entrevista	16:30	Entrevista ONG União Planetária - primeira parte "Água como Ser Vivo"; segunda parte "O Caboclo Taoísta"
20:00	Marco da Ciência e Tecnologia: 38 O Sistema Imunológico	17:30	Mulheres no Parlamento: Dep. Vanessa Grazziotin (PC do B/AM).
20:30	Mundos à Parte: 05 China - o lugar das mulheres	18:00	Série Via Mística: Os Caminhos do Amor II
21:00	Mulheres no Parlamento: Dep. Vanessa Grazziotin (PC do B/AM).	19:00	Tribuna Especial
21:30	Journal da Câmara	19:30	TV Câmara Entrevista
22:00	Brasil em debate	20:00	Talento Brasileiro: João Donato convidado Joyce
22:30	Olhar da USP: Exclusão Digital	21:00	Por Dentro das Comissões: Defesa do Consumidor
23:00	Memória Política: General Leônidas Pires Gonçalves	21:30	Filme Nacional: "Oriundi"
00:00	Mulheres no Parlamento: Dep. Vanessa Grazziotin (PC do B/AM).	23:30	Brasil em debate
00:30	Tribuna Especial	00:00	TV UMC - Programa Página Aberta "Levi Bicallem Ferrari"
01:00	Journal da Câmara	00:30	Tribuna Especial
01:30	Brasil em debate	01:00	Semanana Câmara
02:00	Mulheres no Parlamento: Dep. Vanessa Grazziotin (PC do B/AM).	01:30	Brasil em debate
02:30	Memória Política: General Leônidas Pires Gonçalves	02:00	Por Dentro das Comissões: Defesa do Consumidor
03:30	TV Câmara Entrevista	02:30	Filme Nacional: "Oriundi"
04:00	Marco da Ciência e Tecnologia: 38 O Sistema Imunológico	04:30	Palestra: Qualidade e Produtividade
04:30	Palestra: Viver com Saúde na Terceira Idade	05:30	Entrevista ONG União Planetária - primeira parte "Água como Ser Vivo"; segunda parte "O Caboclo Taoísta"
05:30	Mundos à Parte: 05 China - o lugar das mulheres	06:30	Olhar da USP: Exclusão Digital
06:00	Olhar da USP: Exclusão Digital		
06:30	Mulheres no Parlamento: Dep. Vanessa Grazziotin (PC do B/AM).		
SAB 07/12/02			
07:00	Sintonia: Tizuka Yamazaki - Cineasta		
07:30	Palestra: Qualidade e Produtividade		
08:30	Semanana Câmara		
09:00	Brasil em debate		
09:30	"Seminário de Combate ao Crime Organizado"		
12:00	Semanana Câmara		
12:30	Tribuna Especial		
13:00	Por Dentro das Comissões: Defesa do Consumidor		
13:30	Documentário TV Câmara: CPI do Índio		
14:00	"Seminário de Combate ao Crime Organizado"		
18:00	Sintonia: Tizuka Yamazaki - Cineasta		
18:30	Por Dentro das Comissões: Defesa do Consumidor		
19:00	Tribuna Especial		

# Defesa do Consumidor avalia rombo da Geap

A Comissão de Defesa do Consumidor reuniu-se ontem com representantes da Fundação de Seguridade Social (Geap) e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para discutir a crise financeira que a Geap atravessa, esclarecer as razões e apontar os responsáveis pelo rombo de R\$ 158 milhões. Também foi firmado um compromisso visando unir esforços para cumprir os acordos suspensos com os fornecedores, melhorar o atendimento e recuperar a imagem da instituição. "O rombo foi causado pela má gestão e desvio de recursos, mas os novos diretores se esforçam para re-adquirir a antiga imagem porque sabem o quanto a Geap é importante para o funcionalismo público," disse Judith Izabel Izêr Vaz, superintendente do INSS, um dos mantenedores da Geap, que convidou parlamentares, mantenedores, administradores e beneficiários a se reunirem em mutirão para recuperar a credibilidade da Geap.



Má gestão e desvios causaram o rombo na instituição

### Testemunho

O deputado Celso Russomanno (PPB-SP), integrante da comissão, levou sua mãe, Theuda Russomanno, à audiência para, segundo ele, dar um testemunho da dificuldade que teve de enfrentar para ser atendida no Instituto do Coração (Incor), em São Paulo, pelo fato de ser conveniada ao Geap. A Fundação Zerbin, mantenedora do Incor, explicou que o convênio estava sus-

penso por falta de pagamento, fato não reconhecido pela direção da Geap. "Diante das contradições, pretendemos receber toda a documentação que esclareça a real situação financeira da Geap e quais as instituições que se negam a aceitar o plano. Queremos saber também quem desviou R\$ 158 milhões de seu orçamento e responsabilizá-lo judicialmente. Tirar dinheiro dos aposentados para projetos pessoais ou obras governamentais que nada têm a ver com os idosos é crime", enfatizou Russomanno. Já o deputado José Borba (PMDB-PR), que presidiu a audiência pública, acredita ter sido firmada uma nova parceria entre a Comissão de Defesa do Consumidor, a Geap e os mantenedores, no intuito de assegurar o conforto e o respeito aos direitos dos segurados da Geap.

## Fundação deve priorizar serviço preventivo

O superintendente da Geap/RJ, Sivaldo Albino de Paula, destacou que a instituição atende hoje, somente em seu estado, cerca de 181 mil associados, sendo 50% deles pessoas com mais de 50 anos. A filosofia da Fundação, explicou, tem sido priorizar o serviço preventivo aos doentes crônicos, prestando-lhes atendimento residencial. No interior do estado, onde não havia rede de serviços, a Geap está construindo uma rede física para que seus clientes, descobertos pelo plano, voltem a contar com seus serviços. "A Geap tinha uma cultura de medicina curativa, o que ocasionava desequilíbrio nas contas. Hoje, nos dedicamos à prevenção, restaurando

os acordos com os antigos prestadores de serviço e fazendo novos credenciamentos; assim, conseguimos reequilibrar o passivo. Tudo ficará em dia já em 2003", disse Sivaldo de Paula. Um dos fatores de dificuldade na luta pela restauração do orçamento da Geap, a seu ver, são os empréstimos concedidos aos funcionários públicos. "As parcelas dos empréstimos são lançadas na folha de pagamento e os valores são tão altos que não sobra dinheiro para pagar a Geap, porém três parcelas em aberto eliminam o associado do plano, fato que prejudica as contas da fundação", detalhou.

A informação foi ratificada pelo diretor de Controle de Qualidade da Geap, Ruy Archer, ressaltando que a instituição se

mantém com pequeno percentual do salário de cerca de 741 mil funcionários públicos. "São 6% de um salário que não aumenta há vários anos e, mais importante, esse percentual cobre o atendimento não somente ao funcionário, mas a todo o seu núcleo familiar - esposa, filhos e pais do funcionário, se forem seus dependentes. Na Geap também não há distinção de preços por faixa etária ou pelo número de dependentes. Com tudo isso, ela não está falida", afirmou. Archer assegurou que, no último ano, sob a gestão de Ricardo Akel, os compromissos têm sido cumpridos no dia 25 de cada mês, o que não justifica a falta de atendimento em determinados hospitais.

## Conferência das Cidades fará recomendações a Lula

A *Carta de Brasília*, aprovada ontem pela plenária da *IV Conferência das Cidades*, promovida pela Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior e entidades populares, será entregue em ato político ao presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva. De acordo com o presidente da plenária de encerramento, deputado Djalma Paes (PSB-PE), o encontro trouxe mudanças fundamentais. "O nível das intervenções e propostas amadureceu muito e isso garante ressonância ao nosso trabalho, sobretudo agora que viveremos sob um governo popular, que vai ouvir e executar nossas idéias", afirmou. Paes, não reeleito, foi o homenageado do evento pelo seu trabalho no Congresso em defesa da reforma urbana.

Uma das características que distinguem o encontro deste ano – a participação de entidades de diferentes segmentos sociais, como saúde e educação – marcou o rol de propostas apresentadas nos relatórios finais dos grupos e, também, na carta final. Organizada para discutir a violência nas cidades, a Conferência apresentou vasto leque de propostas, cujo eixo fundamental foi o da proteção à infância e adolescência, por meio de melhorias no sistema educacional,



Documento propõe criação do Ministério das Cidades

alterações na relação entre segurança pública e a população, políticas de combate ao preconceito e à exclusão, entre muitas outras. As propostas também atingem a estrutura da política de habitação popular e saneamento.

O diagnóstico da Conferência é o de que a exclusão social e a desigualdade no acesso aos serviços públicos e benefícios das cidades são a origem da violência. Segundo a Carta de Brasília, apenas 30% das populações urbanas usufruem dos benefícios e qualidade de vida proporcionados pelas cidades. Isso definiu o eixo das propostas, fi-

xadas na constituição de cidades mais justas e redefinição da sua gestão, dando ênfase à participação popular na elaboração das políticas e orçamentos e fortalecendo organismos paritários, como os conselhos nos três níveis de representação. No âmbito macropolítico, a Conferência propõe a sua multiplicação por municípios e estados e também a criação de um Ministério das Cidades, além de reivindicar a aprovação, ainda neste ano, do PL 2.710/92, de iniciativa popular, que cria o Sistema Nacional de Habitação e Interesse Social e o Fundo Nacional de Moradia Popular.

## No plenário deputados avaliam debate

Na avaliação do deputado Dr. Evilásio (PSB-SP), a *IV Conferência das Cidades*, realizada na Câmara ao longo desta semana, refletiu, em seus painéis, a problemática das cidades brasileiras que, há pouco mais de 50 anos, concentravam um quarto da população rural e hoje abrigam quase 80% da sociedade brasileira. Segundo o parlamentar, foram discutidos problemas "profundos e quase irresolutos", como saneamento, lixo, saúde, habitação, educação e violência que, junto com o desemprego, constituem os "maiores e mais graves problemas brasileiros".

Dr. Evilásio comentou o crescimento dos índices de violência e criticou o poder público que, em sua opinião, não tem apresentado as respostas devidas. "Os brasileiros

jovens estão morrendo como se morre em uma guerra. Realmente, instalou-se uma guerra no Brasil. Hoje, os índices de homicídios, em função da violência, são superiores a muitas guerras, principalmente a essa guerra contemporânea que se dá no Oriente Médio", concluiu.

O deputado Pedro Fernandes (PFL-MA) destacou os debates sobre os problemas das grandes metrópoles e as soluções para a criação de políticas públicas. "A *Conferência das Cidades*, que repete o grande sucesso das anteriores, neste ano traz um tema atual e prioritário: a segurança", ressaltou. Ele lembrou que o assunto foi debatido com os cidadãos, que fazem o cotidiano das cidades brasileiras, com especialistas no assunto e com políticos da Casa.

## Encontro sobre educação absolve pedagogia e condena política

Como ciência, a Pedagogia não é responsável pelo fato de ainda existirem brasileiros que não aprendem a ler e a escrever. Por isso, não pode ser condenada pelo crime da não aprendizagem. Já a política econômica adotada nos últimos anos no País privilegiou o mercado financeiro, fomentando o desequilíbrio social. Por isso, é culpada. Essas foram as conclusões dos dois grandes júris realizados pela

*Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto*. A deputada Esther Grossi (PT-RS), presidente da Comissão de Educação, que promove a Conferência, observou que a política pedagógica foi condenada, por misturar vários modelos pedagógicos, que são contraditórios entre si. Segundo ela, os veredictos dos jurados refletem o pensamento dos educadores. "O professorado tem consciência de que há uma

grande necessidade de revisão. Revisão tanto na orientação econômica, como na orientação pedagógica".

A *Conferência Nacional de Educação* termina hoje depois do grande júri que julgará a responsabilidade dos meios de comunicação no crime da não-aprendizagem. O juiz será o procurador Luiz Francisco de Souza. A defesa será feita pela jornalista Eliane Catanheide e a acusação, pelo jornalista Carlos Chagas.



Debatedores concluíram que misturaram-se modelos contraditórios